

VALOR JUSTO: UMA ABORDAGEM DE SUA APLICABILIDADE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

FAIR VALUE: AN APPROACH TO YOUR APPLICABILITY IN THE FINANCIAL STATEMENTS OF LISTED COMPANIES AT BM & FBOVESPA.

FRANCISCO ÍCARO SILVÉRIO DE OLIVEIRA

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Pós-Graduando em Gestão financeira, controladoria e auditoria pela Fundação Getúlio Vargas
E-mail: icarosilverio_@outlook.com
Endereço: Travessa Coronel Valente, 94, Centro – Aracati/CE. CEP: 62800-000

JOAQUIM DE SIQUEIRA FURTADO NETO

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário pela UFERSA
E-mail: joaquimdesiqueira@hotmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, 481, Centro - Assú/RN. CEP: 59650-000

JÉSSICA SHANJA SILVA FREITAS

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
E-mail: jessicashanja@hotmail.com
Endereço: Rua marechal Hermes, 859, Bom Jardim – Mossoró/RN. CEP: 59618-160

ROSÂNGELA QUEIROZ SOUZA VALDEVINO

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza
E-mail: rosangelaqueiroz84@yahoo.com.br
Endereço: R José Simplício, 11, Centro – Apodi/RN. CEP: 59700-000

Recebido em: 18/04/2018 Revisado por pares em: 06/05/2018 Aceito em: 24/06/2018

RESUMO

O valor justo, inserido no âmbito brasileiro por meio do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, vem se posicionando como um dos critérios de mensuração de maior expansão nos últimos tempos, desempenhando um papel relevante na composição das demonstrações contábeis das empresas brasileiras. Este presente estudo tem como objetivo analisar a aplicabilidade do valor justo nas demonstrações contábeis das empresas listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa. Para tanto, a metodologia utilizada foi de uma pesquisa descritiva e exploratória, caracterizada como documental, sendo a abordagem do problema de forma qualitativa. Os dados obtidos por meio da análise final foram extraídos a partir da amostra de 18 empresas listadas no setor “Financeiro e outros” da BM&FBovespa. As demonstrações contábeis publicadas em 2016 foram obtidas através do site da BM&FBovespa e processadas através do *software* Empresas.NET - Versão 11.0.0.0, sendo sua análise feita por meio de quadros, gráficos e tabelas elaboradas com a utilização do programa Microsoft Excel. Portanto, os resultados da pesquisa evidenciaram que poucas empresas – apenas 6 (seis) delas – demonstraram maior relevância ao CPC 46 e, conseqüentemente, a mensuração de seus itens patrimoniais ao valor justo. Percebeu-se, também, que o critério menos atendido desta norma refere-se aos dados não observáveis – *Inputs* de nível 3. Em relação aos ativos e passivos mensurados ao valor justo é dada maior relevância para ativos do que para os

passivos, para os quais foi encontrada apenas uma rubrica divulgada e mensurada corretamente ao valor justo dentre todos os Balanços Patrimoniais das empresas estudadas.

Palavras-chave: Critérios de mensuração. CPC 46. Valor justo.

ABSTRACT

The fair value, inserted in the Brazilian scope through CPC 46 - Measurement of Fair Value, has been positioning as one of the measurement criteria of greater expansion in recent times, playing a relevant role in the composition of the financial statements of Brazilian companies. This study aims to analyze the applicability of fair value in the financial statements of the companies listed in the Novo Mercado segment of BM&FBovespa. For this, the methodology used was a descriptive and exploratory research, characterized as documentary and bibliographical, being the approach of the problem in a qualitative way. The data obtained through the final analysis were extracted from the sample of 18 companies listed in the "Financial and other" sector of BM & FBovespa. All financial statements were obtained through the BM & FBovespa website and processed through the software Empresas.NET - Version 11.0.0.0, and analyzed through tables, graphs and tables prepared using the Microsoft Excel program. Therefore, the results of the survey showed that few companies - only 6 (six) of them - showed greater relevance to CPC 46 and, consequently, the measurement of their equity items at fair value. It was also noticed that the least-observed criterion of this standard refers to non-observable data - Level 3 inputs. In relation to assets and liabilities measured at fair value, more importance is given to assets than to liabilities, to which only one item was disclosed and correctly measured at fair value among all the Balance Sheets of the companies studied.

Keywords: Measurement criteria. CPC 46. Fair value.

1 INTRODUÇÃO

Os critérios de mensuração são de fundamental importância para a divulgação correta da informação contábil dos ativos e passivos, buscando a aproximação da realidade econômica que efetivamente representam. Assim, a busca por um modelo de mensuração mais eficiente tem gerado importantes, mas também complexas alterações na contabilidade.

Dentre essas alterações, a figura do valor justo, definida pelo CPC 46 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2012, p.3) como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”, trouxe consigo características singulares de mensuração, almejando alcançar um maior grau de realidade na evidenciação dos itens patrimoniais.

No Brasil, em relação aos impactos do valor justo, encontram-se os estudos de Marinho, Reina e Reina (2016) e Andruchechen e Alberton (2016), em que foi observado que apenas uma pequena parcela das empresas estudadas divulgou os motivos da mensuração a valor justo, mesmo sendo obrigatório a partir do ano de 2013 para todas as entidades brasileiras de capital aberto, conforme legislação vigente.

Considerando as discursões que envolvem o valor justo, principalmente no âmbito do mercado brasileiro, e buscando colaborar ainda mais para o esclarecimento do assunto, esse trabalho teve como problema de pesquisa o seguinte questionamento: qual a aplicabilidade do valor justo nas demonstrações contábeis das empresas listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa?

Com a cobrança já instalada através dos órgãos reguladores, internacionais e nacionais, espera-se que as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa apresentem mensurações e divulgações que atendam às principais regulamentações sobre o valor justo, principalmente ao CPC 46, que é a tradução, para o Brasil, das normas internacionais que ditam o valor justo.

Partindo dessa questão, o presente estudo tem por objetivo geral analisar a aplicabilidade do valor justo nas demonstrações contábeis das empresas listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa.

Deste modo, considerando a relevância que permeia esse assunto e, também, que os trabalhos sobre o valor justo apresentaram-se em um momento embrionário de aplicação das normas internacionais, em tempos já passados, onde a maioria das empresas ainda estava em fase inicial de adequação, o presente estudo faz-se importante no sentido de traduzir informações mais oportunas capazes de proporcionar uma análise tempestiva em relação à aplicabilidade do valor justo dentro do cenário empresarial brasileiro.

Esta pesquisa está estruturada nas seguintes seções: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados, considerações finais e referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa está estruturado de forma a construir uma linha de pensamento que abrange a aplicabilidade e principais preceitos do valor justo para ativos e passivos patrimoniais.

2.1 VALOR JUSTO

Com o crescimento dos mercados financeiros exigindo informações de qualidade, as discursões a respeito da utilização do valor justo foram intensificadas. Além do mais, segundo Grillo *et al.* (2016), observando a fórmula básica da contabilidade - sendo o patrimônio líquido o resultado residual da operação ativo menos passivo - uma modificação em critérios de avaliação desses itens tem reflexo direto no patrimônio líquido das empresas.

Por esse motivo, e movido pela atual necessidade de harmonização trazida pela recente convergência internacional das normas, o IASB emitiu sua norma e estabeleceu diretrizes sobre o valor justo através da promulgação, em maio de 2011, do IFRS 13 – *Fair Value Measurements*.

Desta forma, até então, sem obrigatoriedade expressa, a maioria das empresas brasileiras mantinham-se conservadoras em relação à mensuração de seus ativos e passivos com base nas técnicas do valor justo. Aproveitando essa oportunidade, os órgãos reguladores da contabilidade brasileira, na figura do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, traduziram para o Brasil, através da promulgação do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, as principais exigências contidas no IFRS 13, já publicado pelo IASB.

Segundo o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o conceito de valor justo é “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (CPC 46, 2012, p. 3).

Além das regulamentações expressas pelo CPC 46, o Comitê de pronunciamento Contábeis também tratou deste tema em outros pronunciamentos que são de extrema relevância para a comunidade contábil. Dentre eles, encontra-se o CPC 26 que trata da apresentação das demonstrações contábeis.

De acordo com o CPC 26 (R1) (2011), o objetivo deste pronunciamento é preparar um arcabouço estrutural para a apresentação das demonstrações contábeis, no intuito de garantir

comparabilidade entre as demonstrações contábeis da mesma entidade ou, se for o caso, entre entidades diferentes

Dentro deste contexto, e considerando que as demonstrações contábeis são resultado das aplicações dos critérios contábeis para mensuração e posterior apresentação de ativos e passivos, receitas e despesas, faz-se necessário uma atenção redobrada aos critérios contábeis que serão aplicados. Obviamente, apesar de sua recente obrigatoriedade, o valor justo também está incluído dentre os critérios utilizados.

O pronunciamento técnico CPC 26 (R1) (2011) cita o valor justo em pontos específicos incluídos no campo da Demonstração do Resultados Abrangentes, no que diz respeito à alterações de risco de crédito do passivo; na Demonstração do Resultado, em relação à qualquer ganho ou perda referente à diferenças de mensuração entre o custo amortizado e o valor justo de ativos financeiros. Além destes, o valor justo também é citado em critérios relacionados à ordenação e ao agrupamento sistemático das informações contábeis em notas explicativas.

Por fim, encontra-se uma conexão estabelecida entre os pronunciamentos acima abordados. Demonstrando, dessa maneira, que o valor justo é tema complexo e que exige uma base teórica forte, sustentada pelas principais normas contábeis que trabalham aplicações específicas relacionadas ao tema.

2.2 ATIVOS E PASSIVOS MENSURADOS A VALOR JUSTO

Diferentemente do custo histórico, a mensuração do valor justo não pode ser generalizada para muitos ativos e passivos, seja por sua melhor representação pelo custo histórico, seja por ausência de informações externas necessárias para mensuração. Seguindo a mesma linha do CPC 46, alguns autores estudaram a aplicação do valor justo em ativos, tais como: redução ao valor recuperável aplicada ao imobilizado, intangível e propriedades para investimentos avaliadas a custo, subvenção e assistência governamental, propriedades para investimento, ativos biológicos, além de alguns instrumentos financeiros.

Resumidamente, é aplicado o entendimento de que os ativos mantidos até seu vencimento e os direitos patrimoniais de curto prazo, permanecem mensurados pelo seu custo histórico, de entrada; já os itens patrimoniais que estão destinados à negociação imediata ou aqueles colocados como disponíveis para venda futura, devem ser mensurados pelo valor justo (MARTINS, 2012).

No pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (2010), que versa sobre a redução ao valor recuperável de ativos – principalmente imobilizado, intangível e propriedades para investimento avaliadas ao custo, pode-se encontrar definições para o valor justo, semelhantes àquelas expostas pelo próprio CPC 46 (2012). Porém, o ponto de integração com o valor justo é disposto nas bases para a verificação do valor recuperável.

De acordo com o CPC 01 (R1) (2010), o valor recuperável de um ativo é definido pelo maior valor encontrado entre o seu valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso. Dessa maneira, o valor justo está diretamente ligado ao processo de redução ao valor recuperável, uma vez que este deve ser considerado no momento da realização dos testes propostos pelo pronunciamento.

Posteriormente, o valor justo também é citado pelo pronunciamento técnico CPC 07 (R1) (2010) Subvenção e Assistência Governamentais, que, assim como os outros pronunciamentos acima abordados, também traz uma definição para o valor justo semelhante ao CPC 46. Adiante, o pronunciamento técnico em questão requer a utilização do valor justo para a mensuração de subvenções governamentais representadas na forma de ativos não-monetários – terrenos e outros.

Outro pronunciamento técnico no qual o valor justo também está inserido, consiste no CPC 28 (2009) Propriedade para Investimento, onde o valor justo é recomendado como critério para mensuração desse tipo de ativo. De acordo com o próprio CPC 28 (2009, p. 8):

Este Pronunciamento Técnico exige que todas as entidades mensurem o valor justo de propriedades para investimento para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o método do valor justo) ou de divulgação (se usar o método do custo). Incentiva-se a entidade, mas não se exige dela, a mensurar o valor justo das propriedades para investimento tendo por base a avaliação de avaliador independente [...]

Não obstante os pronunciamentos técnicos outrora citados, o valor justo ainda encontra posição dentre os CPC's que tratam da normativa para ativos biológico – CPC 29, e instrumentos financeiros – CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (2009), além de utilizar o conceito do valor justo, também solicita que o reconhecimento de um ativo biológico ou produto agrícola somente seja feito quando, dentre outras formas, o valor justo desse item possa ser mensurado confiavelmente. De forma que o ativo biológico seja mensurado ao valor justo menos as despesas relacionadas a sua venda no momento inicial e no final de cada exercício social.

Já o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (2016, p. 12), afirma que “a entidade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado [...]”. Dentre os demais pronunciamentos supracitados, com exceção daquele que trata especificamente do valor justo, o CPC 48 é aquele onde se pode encontrar mais relações com o valor justo. A título de exemplo, pode-se encontrar requisitos para mensuração do valor justo em operações de compromisso de empréstimo, contratos de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, opções lançadas sobre ativos e operações de garantia entre cedentes e cessionários.

2.3 CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO DO VALOR JUSTO

Segundo o estudo de Lustosa (2017), para mensurar os itens patrimoniais ao valor justo devem ser considerados alguns atributos específicos, como: localização, estado, restrições de uso ou venda do ativo ou passivo na data de mensuração e etc. Sempre tomando como base o melhor uso desses elementos na visão de um participante de mercado, conhecedor da operação.

Apesar de custo histórico ser o preceito convencionalmente adotado dentre todos os critérios de mensuração, representando uma onipresença inquestionável dentro dos ativos e passivos patrimoniais, principalmente por sua objetividade, Lustosa (2017) sustenta a força do valor justo afirmando, com base em sua pesquisa, que a informação de valor é mais relevante na perspectiva dos usuários, do que a informação de custo, e talvez isto explique porque o conceito e mensuração a valor justo têm sido cada vez mais persuasivos, em nível mundial, nos pronunciamentos contábeis.

O IFRS 13 (2012) destaca que a entidade que utilizar essa mensuração deve evidenciar qual é o ativo e passivo em questão; determinar o mercado onde esses itens poderiam ser transacionados e, principalmente, maximizar a utilização de dados observáveis e minimizar a utilização de dados não observáveis.

Desta forma, o CPC 46, norma brasileira encarregada de imprimir a regulação do IFRS 13 na contabilidade nacional, estabelece uma hierarquia de valores para mensuração do valor justo, divididos de acordo com as informações disponíveis, medidas através de “inputs” distribuídos em três níveis.

Os *inputs* de nível 1 são aqueles disponíveis para os ativos e passivos idênticos em mercados ativos; *inputs* de nível 2 para ativos e passivos similares em mercados ativos ou ativos e passivos idênticos em mercados similares; e *inputs* de nível 3, onde são utilizados dados internos não observáveis para o ativo ou passivo. Sendo de obrigação da entidade, priorizar as informações observáveis e reduzir os dados não observáveis (CPC 46, 2012).

Com base na análise dos níveis de mensuração para o valor justo, Martins (2012) e Lustosa (2017) afirmam que em caso de mercados não ativos o valor de mercado não refletirá o valor justo. Isso ocorre pela ausência de informações claras e confiáveis, possibilitando possíveis distorções na mensuração dos itens patrimoniais

Com tantas normas emitidas pelos órgãos reguladores nacionais e internacionais, a mensuração e evidenciação dos elementos patrimoniais a valor justo nas empresas brasileiras passaram a ser ponto de partida para uma série de pesquisas buscando interpretar o impacto que essa nova base de mensuração traria para os relatórios financeiros destas entidades, o que representa apenas um pequeno passo em meio à imensa estrada que vem sendo trilhada pelas entidades brasileiras em torno desse complexo critério de avaliação ainda pouco estudado.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Apesar das discussões ainda incipientes a respeito do valor justo dentro da contabilidade brasileira, alguns autores já debruçaram-se sobre o tema com o intuito de entender e interpretar as principais aplicações, bem como pontos fortes e fracos dessa forma de mensuração e seus impactos nas demonstrações contábeis das empresas e, consequentemente, na interpretação de seus *stakeholders*.

Marinho, Reina e Reina (2016) e Andruchechen e Alberton (2016), utilizando dados de empresas listadas na BM&FBovespa, analisaram a aplicação do valor justo nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. O primeiro estudo realizou uma análise em empresas do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, para verificar se estas estavam divulgando corretamente suas mensuração ao valor justo. Já o segundo estudo, aplicado em empresas de construção civil e engenharia, buscou verificar quais as divulgações sobre o tema e sua respectiva alusão no relatório auditores independentes. De maneira similar, ambos os estudos constataram que apenas um pequeno número de empresas utilizadas na amostra atenderam corretamente aos critérios de pesquisa e, consequentemente, aos preceitos do CPC 46.

Outro estudo que trata das principais aplicações e implicações do valor justo em empresas brasileiras, foi o estudo de Marques *et al.* (2017), cujo principal objetivo era avaliar o *value relevance* dos níveis 1 e 2 do valor justo em comparação com o *value relevance* dos nível 3 da hierarquia do valor justo. Com uma amostra formada por 50 empresas participantes do Índice IBRx-100 da BM&FBovespa, o estudo identificou que, em ativos, as informações do nível 3 da hierarquia do valor justo foram mais relevantes; já para passivos o *value relevance* dos níveis 1 e 2 é maior do que o *value relevance* do nível 3.

Já Martins (2012), realizou uma série de testes para constatar com veracidade se as informações referente a ativos mensurados ao valor justo possuem *value relevance* e mensuração confiável. O diferencial de seu estudo concentra-se no fato de que sua amostra foi delimitada por ativos, e não por empresas. Como resultado principal, o estudo identificou que a mensuração do valor justo se faz mais relevante para ativos de curto prazo, o que não acontece no longo prazo, um o custo histórico apresenta mais relevância.

Ainda no campo de estudos que, por meio da análise do *value relevance*, buscaram analisar os efeitos da avaliação do valor justo, é possível citar o estudo de Grillo *et al.* (2016), cuja hipótese formulada era de que a utilização do valor justo torna a mensuração do Patrimônio Líquido mais próximas dos valores de mercado, logo, mais relevante. Porém, está

hipótese não foi confirmada, fato este argumentado pelos autores como sendo um dos principais efeitos resultantes da subjetividade do valor justo, totalmente oposta à objetividade do custo histórico.

Em relação à comparação entre benefícios e malefícios do valor justo diante do custo histórico, encontra-se o estudo de Lustosa (2017). Este afirma que a aplicação do valor justo ampliou uma série de situações que tornam ainda mais difícil assegurar que a medida de valor obtida por meio desse método seja realmente justa, sugerindo, dessa maneira, que a terminologia do valor justo seja inadequada para este critério de mensuração.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do pressuposto de que o valor justo envolve o conceito de “justeza” e que por isso requer total transparência das demonstrações contábeis, o estudo teve como escopo empresas de capital aberto que possuem suas demonstrações contábeis publicadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa, e que estão de acordo com as normas e pronunciamentos contábeis vigentes no Brasil.

Segundo Marinho, Reina e Reina (2016), o segmento de Novo Mercado é caracterizado pelas empresas que apresentam melhores índices de governança corporativa e *disclosure* de informações dentro da BM&FBovespa.

O espaço de tempo utilizado para a aplicação de cada uma das partes desta pesquisa compreendeu o mês de janeiro/2017 a setembro/2017.

Quanto aos objetivos, de acordo com a tipologia de Raupp e Beuren (2008), a pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo e exploratório. Descritivo, pois busca analisar e descrever as características relacionadas em uma população ou fenômeno. E exploratório porque os conhecimentos acessados são pouco abordados pela comunidade científica.

Quanto aos procedimentos, também de acordo com Raupp e Beuren (2008), o estudo enquadra-se como pesquisa documental por utilizar as demonstrações contábeis das empresas listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é de caráter qualitativo, no sentido de entender e aprofundar-se nas evidências sobre como as empresas brasileiras estão realizando a mensuração e divulgação a respeito do valor justo. Uma vez que a pesquisa qualitativa busca formar uma analogia dinâmica entre o mundo real e o sujeito estudado (RAUPP; BEUREN, 2008).

Os procedimentos adotados foram a coleta de dados através das Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais presentes nas demonstrações contábeis do ano de 2016 das empresas analisadas. Sendo utilizadas, dentre as demonstrações contábeis, o Balanço Patrimonial – BP e as Notas Explicativas – NE’s, disponibilizadas para *download* no site da BM&FBovespa.

O universo da pesquisa é composto por todas as 130 empresas listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa, e que tiveram demonstrações contábeis publicadas no ano de 2016. Já a amostra da pesquisa se deu através de uma amostragem não probabilística, por acessibilidade ou conveniência, sendo composta por 18 empresas do segmento “Financeiro e outros”. Leva-se em consideração que é nesse segmento que a composição dos ativos e passivos mais inclui a necessidade de mensuração a valor justo, segundo as exigências do CPC 46.

A pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira etapa, dentro da amostra analisada, aplicou-se um *check-list* das principais exigências do CPC 46 no intuito de verificar se a informação contábil fornecida pelas empresas em Notas Explicativas atende aos critérios básicos de divulgação estabelecidos pelo CPC 46, que são: Informações de mercado utilizadas, informações sobre o nível hierárquico utilizado e informações sobre as estimativas utilizadas para mensuração do valor justo. Na segunda etapa foi feita uma verificação das

mensurações e divulgações dos ativos e passivos avaliados a valor justo por meio da análise do Balanço Patrimonial, conforme as exigências do CPC 46.

Para a primeira etapa, elaborou-se um *check-list* das exigências do CPC – 46, baseado no trabalho de Andruchehen e Alberton (2016), diferenciando-se deste por utilizar outros critérios. Dessa forma, as empresas do segmento “Financeiro e outros” foram examinadas de acordo com os critérios básicos exigidos pelo CPC 46 e, depois de feita a análise, classificadas: “sim”, para as empresas que atendem ao critério do CPC em questão; “não” para as que não atendem; “n.a” (não se aplica); e “n.m” (não menciona).

Para a segunda etapa, conforme Marinho, Reina e Reina (2016) e Souza, Borba e Uhlmann (2011), verificaram-se, através da análise do Balanço Patrimonial, quais mensurações e divulgações fornecidas pelas empresas, para seus ativos e passivos, estão de acordo com os preceitos estabelecidos no CPC 46; se concluído, com a análise, que os ativos e passivos são apresentados e mensurados corretamente, atribui-se codificação “1”; se os ativos e passivos foram divulgados, mas seu valor não foi mensurado, atribui-se a codificação “0”; e caso não for divulgado nem mensurado nada a respeito de determinado critério, o espaço foi deixado em branco.

Todas as demonstrações contábeis foram obtidas através do site da BM&FBovespa e processadas através do *software* Empresas.NET - Versão 11.0.0.0, também disponível para *download* no mesmo site. A análise dos dados obtidos em ambas as etapas foi feita através de quadros, gráficos e tabelas elaboradas com a utilização do programa Microsoft Excel, utilizando o método da análise de conteúdo sugerido por Bardin (2011), no qual consiste em uma análise descritiva e aprofundada dos dados, haja vista que sem esta um conjunto de dados brutos não fornece relevância para a comunidade acadêmica.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os dados coletados de acordo com os processos metodológicos sugeridos, assim como a análise descritiva de cada variável de pesquisa.

4.1 ANÁLISE DRESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Dando início ao processo de análise das variáveis, procedeu-se com a aplicação das duas etapas subdivididas nas seções abaixo. Respeitando, dessa maneira, a ordem metodológica desta pesquisa com vistas a encontrar e relacionar os principais achados deste estudo de forma didática e elucidativa.

4.1.1 Etapa 1

No que diz respeito à divulgação do conceito de valor justo, vale ressaltar que apesar do CPC 46 (2012, p. 3) apresentar uma definição para o valor justo, esta norma não obriga as empresas que evidenciem essa definição sobre o tema.

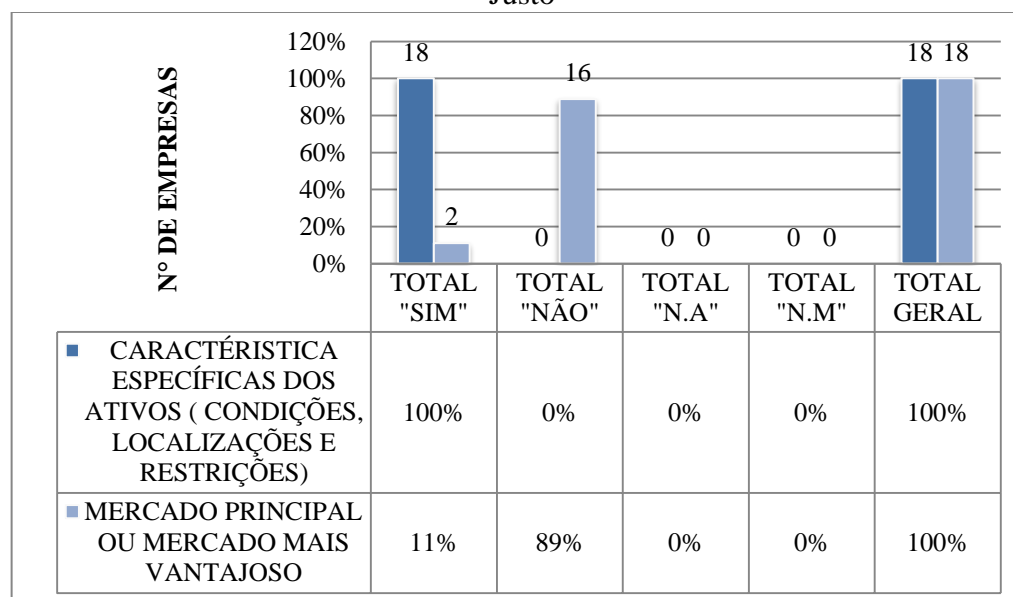
De acordo com CPC 46 (2012), no momento da mensuração do valor justo a entidade deve considerar dois pontos: o primeiro consiste nas características dos ativos e passivos sob a ótica dos participantes do mercado. Essas características incluem: condição e localização dos ativos e restrições que podem influenciar a percepção dos participantes de mercado sobre estes itens. O segundo ponto considera avaliar se estas informações estarão disponíveis em mercados principais ou mais vantajosos.

Das empresas pesquisadas, todas as empresas (100%) divulgaram informações sobre as características específicas dos ativos e passivos. Por outro lado, apenas 2 empresas (11%) divulgaram informações sobre o mercado no qual esse ativo ou passivo seria negociado.

A discrepância entre estes quesitos, apesar de serem exigidos na mesma seção do CPC 46, pode ter ocorrido devido ao fato de as empresas muitas vezes terem dificuldade em encontrar um mercado ativo ou mais vantajoso para seus itens patrimoniais. Esses casos ocorrem particularmente com muitos passivos patrimoniais que, devido sua pouca disponibilização no mercado, não possuem transações suficientes que sirvam como base para sua mensuração.

Estes achados foram sintetizados no Gráfico 1 listado a seguir.

Gráfico 1 – Divulgação das informações sobre mercado utilizadas na mensuração do Valor Justo

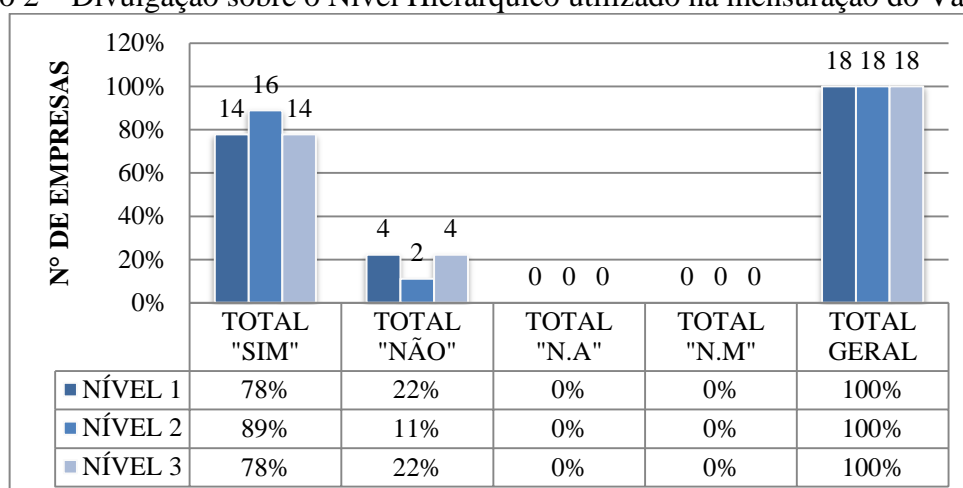


Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados do estudo (2017)

Portanto, as empresas que divulgam conceitos sobre o valor justo, mesmo que de forma espontânea, o fazem por serem mais cuidadosas com o tema. Nesse grupo, enquadram-se 7 (39%) empresas da amostra que, de forma espontânea, divulgaram uma ou mais definições sobre o valor justo. Dentre estas, 6 (seis) empresas demonstraram-se mais atenciosas, abordando o tema em seção específica. Este foi o caso das empresas Aliance Shopping Centers S.A., BR Insurance Corretora de Seguros S.A., BR Properties S.A., BCO Brasil S.A., LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. e Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.. As demais empresas, apesar de divulgarem conceitos sobre o valor justo, o fizeram em outras seções das NE's, quase sempre nas seções que versam sobre os instrumentos financeiros e propriedades para investimento da empresa.

Dando continuidade aos procedimentos, foi pesquisado a respeito de outro ponto tratado pelo CPC 46 referente aos níveis de informação utilizados para mensurar o valor justo. Talvez esta seja uma das principais exigências do CPC em questão, uma vez que os *inputs* do valor justo – como são citados pela norma – foram criados com a intenção de facilitar a mensuração do valor justo para uma maior quantidade de ativos e passivos (CPC 46, 2012). Conforme apresentado na tabela anterior, muitas empresas não conseguem acessar um mercado ativo ou mais vantajoso, o que pode prejudicar a mensuração do valor justo.

Gráfico 2 – Divulgação sobre o Nível Hierárquico utilizado na mensuração do Valor Justo



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados do estudo (2017)

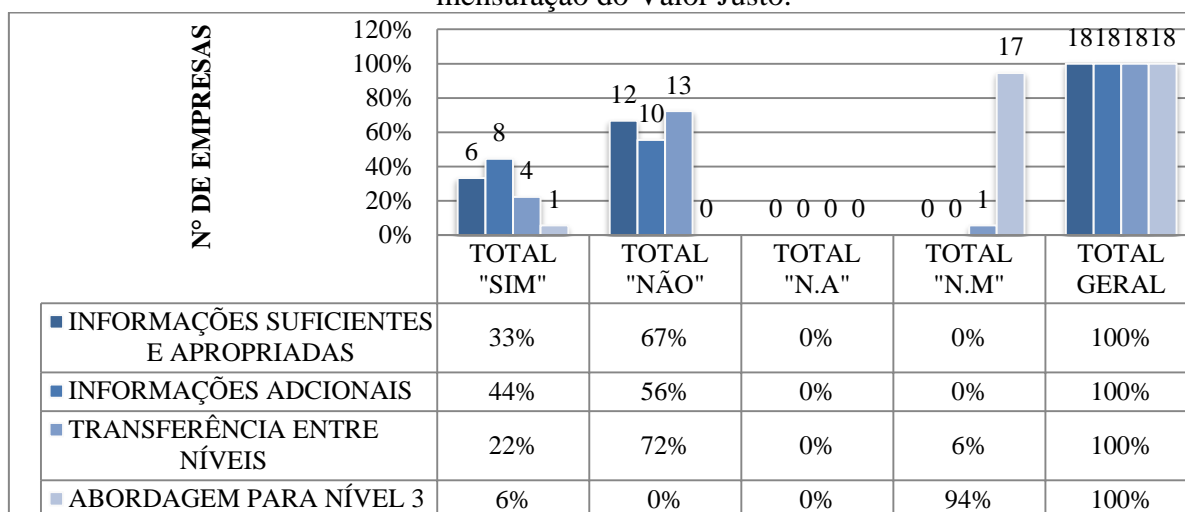
Dessa forma, foi constatado que dentre os 3 *inputs* para mensuração do valor justo, o nível 2 de informação para o valor justo foi o nível de informação mais divulgado, estando presente nas notas explicativas de 16 empresas (89%). Enquanto os níveis 1 e 3 de informação apresentaram menos representatividade nas notas explicativas publicadas pelas empresas da amostra, especificamente, 14 empresas (78%) divulgaram informações sobre ativos e passivos mensurados ao valor justo com base em ambos os respectivos *inputs*.

Neste ponto, tem-se um grande avanço no que diz respeito à utilização dos critérios exigidos pelo CPC 46, uma vez que outros estudos constataram que poucas empresas divulgavam informações a respeito dos níveis de hierarquia do valor justo (SOUZA; BORBA; UHLMANM, 2016; MARINHO; REINA; REINA, 2016).

Com a intenção de amenizar os prejuízos trazidos pelo lado subjetivo do valor justo, o CPC 46 (2012) estabeleceu alguns critérios que devem ser observados quando da utilização de estimativas (*inputs* de nível 3) para a mensuração do valor justo, são estes: divulgação de informações suficientes e apropriadas sobre o método utilizado; divulgação de informações adicionais que possam facilitar a compreensão dos *stakeholders*; divulgar informações de ativos e passivos que apresentaram transferência entre níveis de informação do valor justo e estabelecer qual abordagem de mensuração do valor justo quando da utilização de estimativas para a sua elaboração – abordagem de custo, abordagem de receita ou abordagem de mercado.

Dando prosseguimento à pesquisa, investigou-se a quantidade de empresas que divulgaram, em Notas Explicativas, se houve ou não transferências entre os níveis de hierarquia do valor justo.

Gráfico 3 – Divulgação das informações utilizadas para elaboração de estimativas para mensuração do Valor Justo.



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados do estudo (2017)

Conforme Gráfico 3, 13 empresas (72%) afirmaram não possuir transferências entre níveis hierárquicos do valor justo durante a mensuração dos seus ativos e passivos. Apenas 4 empresas (22%) confirmaram atender a esse critério. E 1 empresa (6%), o Banco do Brasil S.A., não menciona nada a respeito. Contudo, foi apenas a empresa Banco do Brasil S.A. que divulgou quais abordagens foram utilizadas para mensuração de seus ativos e passivos ao nível 3 da hierarquia do valor justo. O restante, 17 empresas (94%), não mencionaram qual critério foi utilizado, demonstrando discricionariedade compatível com práticas subjetivas que podem, direta ou indiretamente, prejudicar a decisão dos usuários da contabilidade quando da análise dos ativos e passivos em questão.

De acordo com o Gráfico 3 apresentado acima, apenas 6 empresas (33%) divulgaram informações suficientes e apropriadas para mensuração do valor justo, onde o restante – 12 empresas (67%) – não apresentou estas informações. O que prejudica o atendimento destas entidades às normas em vigor. Ressalta-se ainda, que outras especificidades são estabelecidas pelo CPC 46 (2012), mas que, por conveniência e acessibilidade, não foram incluídas nos critérios desta pesquisa, como por exemplo, a análise dos níveis de sensibilidade dos ativos e passivos à mensuração pelo valor justo.

Este achado coaduna-se com os estudos de Martins (2012) e Lustosa (2017) que afirmaram que o Nível 3 da hierarquia do valor justo utiliza critérios extremamente complexos e subjetivos, o que dificulta a mensuração contábil dos ativos e passivos ao valor justo.

Seguindo a mesma tendência do critério anterior, a maioria das empresas – 10 empresas (46%) - também não fizeram divulgação de informações adicionais a respeito dos critérios utilizados para a mensuração do valor justo. Este fato segue a mesma tendência encontrada no critério anterior, principalmente pela similaridade destes critérios que estão intimamente relacionados, o que demonstra, de forma geral, certa negligência dos elaboradores das informações contábeis para com os preceitos do CPC 46.

4.1.2 Etapa 2

Para consolidação deste estudo, e buscando atender ao preceito do CPC 46 (2012) de que deve ser estabelecido um elo entre as divulgações feitas em Notas Explicativas e aquelas evidenciadas no Balanço Patrimonial a respeito dos ativos e passivos avaliados ao valor justo,

foi procedida uma investigação deste tema também nesta demonstração – Balanço Patrimonial.

Conforme resultados obtidos em relação aos ativos analisados, a rubrica que mais apresentou divulgação e mensuração do tema e, conseqüentemente, atendeu aos preceitos do valor justo conforme o CPC 46, foram os títulos mantidos para a negociação no curto prazo e outros títulos e valores mobiliários, apresentando 8 e 6 incidências, respectivamente.

Martins (2012) chegou a conclusão de que no mercado dos instrumentos financeiros, principalmente quando ativos, no caso de mercado de ações, torna-se mais simples a mensuração desses instrumentos com base em informações mais fidedignas e condensadas, o que, conseqüentemente, facilita sua mensuração ao valor justo.

Quadro 1 – Mensuração do Valor Justo em ativos

ATIVO	1	0		%
TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA NO CURTO PRAZO	4	14	0	23%
TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA NO LONGO PRAZO	2	15	1	22%
TÍTULOS MANTIDOS PARA A NEGOCIAÇÃO NO CURTO PRAZO	8	10	0	23%
TÍTULOS MANTIDOS PARA A NEGOCIAÇÃO NO LONGO PRAZO	2	15	1	22%
OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	2	10	10%
TOTAL	22	56	12	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados do estudo (2017)

Da mesma forma, foram empreendidas pesquisas a respeito de quais passivos atendiam aos respectivos critérios de pesquisa. Porém, em relação aos passivos, vale ressaltar que o próprio CPC 46 os trata de forma mais genérica, distinguindo-os em Passivos Financeiros e Não Financeiros. Partindo deste ponto, e também se baseando nas buscas de Martins (2012), foram aplicados os respectivos critérios desta etapa às seguintes rubricas de passivos: passivos financeiros, passivos não financeiros e outros passivos. Feito esta coleta de dados, foi elaborado o Quadro 2 expresso logo abaixo.

Quadro 2 – Mensuração do Valor Justo em passivos

PASSIVO	1	0		%
PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	18	34%
PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	0	0	18	34%
OUTROS PASSIVOS	1	0	17	32%
TOTAL	1	0	53	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de dados do estudo (2017)

Em relação aos passivos pode-se constatar que os passivos financeiros (34%) e não financeiros (34%), apesar da diferença mínima, demonstraram-se mais ausentes nos Balanços Patrimoniais das empresas.

Seguindo as tendências encontradas em todos os estudos, é clara a menor utilização do valor justo para os passivos das entidades. Conforme pode ser analisado no Quadro 2 acima, e já relatado na análise geral por empresa, apenas 1 (uma) entidade divulgou e mensurou passivos ao valor justo e, ainda assim, o fez de forma genérica. A grande maioria das empresas incidiu no critério daquelas entidades que nada evidenciam sobre esses itens patrimoniais.

Outros estudos também identificaram a baixa utilização do valor justo em passivos, são estes: Song, Thomas e Yi (2010), Tama-Sweet e Zhang (2015) e Marques *et al.* (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa direcionou-se ao atendimento do objetivo geral compreendido em analisar a aplicabilidade do valor justo nas demonstrações contábeis das empresas listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa.

Dessa maneira, foi constatado que poucas empresas – apenas 39% da amostra – demonstraram maior relevância ao CPC 46 e, conseqüentemente, à mensuração de seus itens patrimoniais ao valor justo. Percebeu-se, também, que o critério menos atendido desta norma refere-se aos dados não observáveis – *Inputs* de nível 3 - que podem ser incluídos na mensuração dos valores justos dos ativos e passivos.

Complementarmente, apenas 6 empresas (33%) divulgaram informações suficientes e apropriadas para mensuração do valor justo, onde o restante – 12 empresas (67%) – não apresentou estas informações. O que pode indicar um empecilho para o processo de obtenção de informações necessárias para a compreensão dos *stakeholders*.

Percebeu-se também que, em relação à aplicabilidade do valor justo na mensuração dos ativos e dos passivos, tomando como base os preceitos trazidos pelo CPC 46 aplicado na segunda etapa desta pesquisa, é dada maior relevância para ativos, onde 22% dos ativos analisados foram mensurados e divulgados corretamente, do que para os passivos, onde a utilização desta forma de mensuração e divulgação é quase inexistente com apenas uma rubrica divulgada e mensurada corretamente dentre todos os Balanços Patrimoniais das empresas estudadas.

Portanto, conclui-se que o valor justo ainda é um tema pouco debatido nas Notas Explicativas das empresas e, quando estas o fazem, acabam pulverizando o assunto por toda demonstração contábil, prejudicando o entendimento dos *stakeholders* o que, logicamente, descumpra as exigências feitas pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Dessa maneira, foi refutada a hipótese de que, devido ao tempo de aplicação do CPC 46 no Brasil, com vigência a partir de 2013, as empresas já estariam com uma adequação maior aos preceitos trazidos por essa norma, o que não foi confirmado por meio deste estudo, uma vez que apenas 6 empresas mostraram-se atentas às principais exigências do CPC 46.

Em relações às limitações deste estudo, pode-se considerar a amostra limitada de 18 (dezoito) empresas de forma que suas análises não podem ser generalizadas. Além destas, este estudo também se limitou apenas a alguns critérios exigidos pelo CPC 46, não abordando a totalidade dos preceitos desta norma.

Como sugestão para pesquisas futuras pode-se considerar verificar se empresas de outros segmentos atendem aos critérios do CPC 46 envolvidos na pesquisa, bem como aos demais trazidos pela norma. Assim como a aplicação em outros mercados além da BM&FBovespa.

REFERÊNCIAS

ANDRUCHECHEN, A. P. B.; ALBERTON, L. Evidenciação da mensuração do valor justo e alusão no relatório do auditor independente. **Revista Ambiente Contábil**. Natal, p. 187-204, jan/jun. 2016.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: ISBN, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS. **CPC 01**: Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Brasília, 2010. Disponível em:

<[http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2)

[Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS. **CPC 07**: Subvenção e Assistência Governamentais. Brasília, 2010. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=38>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS. **CPC 26**: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS. **CPC 29**: Ativo biológico e Produto Agrícola. Brasília, 2009. Disponível em: Disponível em: Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS. **CPC 28**: Propriedade para investimento. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=59>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS. **CPC 46**: Mensuração do Valo Justo. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=78>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS. **CPC 48**: Instrumentos Financeiros. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=106>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

GRILLO, F. F. *et al.* **Value Relevance**: análise dos efeitos da avaliação a valor justo. *ConTexto*. Porto Alegre, v. 16, n. 32, p. 94-109, 2016.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS. **IFRS 13**: Fair Value Measurement. [S.I.], 2012.

KHURANA, I. K; KIM, M. S. **Relative value relevance of historical cost vs. fair value**: Evidence from bank holding companies. *Journal of Accounting and Public Policy*, [S.I.], v.22, n.1, p. 19-42, 2003. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425402000844>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

LUSTOSA, P. R. B. A (in?) justiça do valor justo: Sfas 157, Irving Fisher e Gecon. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**. João Pessoa, p. 5-21, jan./abr. 2017.

MARINHO, S. L.; REINA, D. R. M.; REINA, D. Fair Value: Análise da evidenciação realizada por empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao novo mercado. **Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 63-76, jan/abr. 2016.

MARQUES, T. de O. *et al.* Avaliação do value relevance das informações sobre a hierarquia do valor justo das empresas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**. Natal, p. 144-162, jan./jun. 2017.

MARTINS, V. G. **Relevância e Confiabilidade na Mensuração de Ativos a Valor Justo por Empresas Listadas na BM&FBovespa**. 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado) – UNB-UFPB-UFRN, João Pessoa, 2012.

MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. Relevância e representação fidedigna da informação de ativos financeiros mensurados a valor justo. **Enfoque**. Paraná, v.34, n. 3, p. 77-94, set/dez. 2015.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 3, p. 76-97.

SONG, C. J.; THOMAS, W. B.; YI, H. Value relevance of FAS No. 157 fair value hierarchy information and the impact of corporate governance mechanisms. **The Accounting Review**. v. 85, n. 4, p. 1375-1410, 2010.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; UHLMANN, V. O. Valor justo: uma verificação das informações divulgadas por empresas de capital aberto brasileiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**. Rio de Janeiro, p. 99-114, set./dez. 2011.

TAMA-SWEET, I.; ZHANG, L. The value relevance of fair value financial assets during and after the 2008 financial crisis: evidence from the banking industry. **Journal of Finance and Bank Management**. v. 3, n. 1, p. 11-24, 2015.